A AÇÃO NO LIVRO III DA ÉTICA A NICÔMACO

Action in Nichomachean Ethics, Book III

Diego Ramos Mileli[1]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo a compreensão da ação em Aristóteles. Para este fim será utilizado o livro III da Ética a Nicômaco, passando antes por uma breve definição da virtude, tal como aparece no livro II, a qual, pode-se dizer ser o bem para a ação, na medida em que é aquilo que se deve alcançar com ela. No campo específico da ação será visto como ela pode ser distinguida entre voluntária, involuntária e não-voluntária. Neste espectro insere-se igualmente a discussão sobre o que significa agir *por* e *na* ignorância. Além disso, se abordará também a questão relacionada à deliberação e à escolha.

Palavras-Chave: Deliberação, Escolha, Ação, Ética a Nicômaco.

Abstract: This study aims to understand the action in Aristotle. For this purpose, we will use the book III of the Nicomachean Ethics, after doing a brief definition of virtue, as it appears in the Book II, which can be said to be the good for the action, as that is what should be reached by her. In the specific field of action, it will be seen how she can be distinguished between voluntary, involuntary and non-voluntary. This spectrum is also part of the discussion about what it means to act *by* and *in* the ignorance. In addition, the study will also address the issue related to deliberation and choice.

Keywords: Deliberation, Choice, Action, Nicomachean Ethics.

Virtude

A virtude é a justa medida da ação em relação às possibilidades individuais frente ao contexto em que se dá a ação. Claro, isso em resumo, pois não é o foco deste trabalho adentrar longamente na questão da virtude, mas apenas esclarecer alguns aspectos essenciais dela a fim de facilitar a compreensão do porquê da preocupação com a ação. Essa justa medida da ação, que caracteriza uma ação como virtuosa, não é inata, sendo obtida por hábito. Aristóteles, no Livro II da Ética, atenta para que "nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza.", e prossegue: "Não é, portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza que as virtudes se geram em nós; antes devemos dizer que a natureza nos dá a capacidade de recebê-las, e tal capacidade se aperfeiçoa com o hábito"[2]. A repetição de ações

[1] Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestrando em Filosofia na Universität Hamburg, Alemanha.
[2] ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 31.

justas faz do homem justo e a de ações injustas faz o homem injusto. Não sendo julgado bem ou mal um homem pelas opiniões que tem sobre algo, mas pelo seu modo de agir, o qual requer prática. Ao afirmar que a natureza nos dá a capacidade de receber as virtudes, Aristóteles assevera que todo ser-humano tem capacidade de agir virtuosamente, sendo uma questão de se dedicar a isso. Sem essa capacidade não se poderia censurar alguém por não agir virtuosamente, já que ele poderia não aprender a agir de outro modo.

Além disso, o agir deve ser pensado, consciente do que se está fazendo, não bastando apenas que se aja com virtude. As condições para que as ações sejam virtuosas encontra-se no seguinte trecho:

> se os atos que estão em conformidade com as virtudes têm determinado caráter, não se segue que eles tenham sido praticados de forma justa ou temperante. É necessário também que o agente se encontre em certas condições ao praticá-los: em primeiro lugar deve ter conhecimento do que faz; em segundo lugar, deve escolher os atos e escolhê-los em função dos próprios atos; e em terceiro lugar deve proceder de uma disposição moral firme e imutável.[3]

Daí já se pode ter o entendimento mínimo necessário acerca da virtude para compreender porque a voluntariedade, a deliberação e a escolha são tão importantes na questão da ação. Primeiro, se o homem virtuoso o é pelo hábito da prática de atos virtuosos, ele deverá ter conhecimento do que faz, o que envolve a capacidade de deliberar e escolher. Se os escolhe para obter vantagens não condizentes com a virtude, tampouco será virtuoso. E por último, o hábito é que o faz proceder de uma disposição moral firme a imutável, e não ações virtuosas isoladas ou mesmo por acaso. Por fim, "A virtude é, então, uma disposição de caráter relacionada com a escolha de ações e paixões, e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, que é determinada por princípio racional do próprio homem dotado de sabedoria prática"[4]. Ou seja, na medida em que a mediania, a justa medida, é determinada pela sabedoria prática no tocante à escolha de ações e paixões, Aristóteles seguiu com a explicação do que seriam essas ações das quais fala. Qualquer ação pode ser motivo de louvor ou censura? Há que se compreender quais são os critérios para tal. No livro III, Aristóteles, então, debate a ação.

Ação Voluntária, Involuntária e Não-Voluntária

Na primeira frase do livro III Aristóteles esclarece que nem todas as ações devem

[3]Ibid., p. 36
[4]Ibid., p. 40

ser censuradas ou louvadas, mas somente aquelas que são voluntárias. Surge, então, a necessidade de definir o que se pode entender por voluntário. Aristóteles parte então para a definição do que seria involuntário para, por oposição, compreender o que é voluntário. Define o involuntário da seguinte forma:

> Consideram-se involuntárias as ações praticadas sob compulsão ou por ignorância; um ato é forçado quando sua origem é externa ao agente, sendo tal a sua natureza que o agente não contribui de forma alguma para o ato, mas, ao contrário, é influenciado por ele – por exemplo, quando uma pessoa é arrastada a alguma parte pelo vento, ou por outra pessoa que a tem em seu poder.[5]

Entram em questão, com isso, outras variáveis. O ato involuntário se define por sua prática ou bem sob compulsão ou bem sob ignorância. Compulsão *[biai]* é definida pela ação cuja origem não se dá no agente. Para isso, apresenta dois exemplos: alguém que é arrastado pelo vento ou por outra pessoa que a tem em seu poder. Esse são exemplos fáceis. De fato não se julgaria ter agido voluntariamente aquele que é arrastado.

Mas, e quando, por exemplo, alguém tem sua família refém e para libertá-la tem de cometer algum ato específico? O ato específico que se comete para salvar a família foi voluntário ou involuntário? A princípio pareceria, pelo exposto acima, que foi involuntário, pois havia uma pressão externa. Entretanto, cabia ao agente agir ou não agir conforme o que lhe fora solicitado a fim de libertar sua família. Então, por mais que houvesse uma pressão externa em razão do sequestro da família, havia a possibilidade de escolha. Deve-se dizer, então, que a origem da ação se dá no agente sendo, portanto, um ato voluntário? Aristóteles trata esse tipo de evento por ação mista: aquelas nas quais o ato praticado tinha em vista evitar um mal maior.

> Tais ações, então, são mistas, mas se assemelham mais às voluntárias, pois são objeto de uma escolha no momento de serem praticadas, e a finalidade de uma ação varia de acordo com a oportunidade, de tal forma que as palavras "voluntário" e "involuntário" devem ser usadas com referência ao momento da ação.[6]

Compreende-se que por um lado as ações mistas são voluntárias, na medida em que o agente escolhe a ação, já que, havendo a possibilidade de fazer ou não fazer uma ação, não há como negar que a ação está em poder do agente, sendo, assim, voluntária. Por outro lado, são involuntárias na medida em que não seriam praticadas sem a existência das condições externas adversas a impelir ao cometimento do ato.

[5]ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p. 49.
[6]Ibid.

Há que se retornar ainda à citação do início desta seção. Os atos são involuntários, seja por compulsão, seja por ignorância. A ignorância é o desconhecimento das variáveis envolvidas no ato praticado. "Uma pessoa que agiu por ignorância não agiu voluntariamente *(ákon)*. Somente pode ser considerado ato voluntário *(ékon)* aquele que tem como fonte o próprio agente, quando este conhece as circunstâncias particulares em que está agindo"[7]. Como saber se há ignorância ou não na prática de um ato é uma tarefa difícil. Como método, Aristóteles[8] sugere que o involuntário produz sofrimento e pesar e indica que aquilo que é feito por ignorância é não-voluntário. Aparece, então, o terceiro elemento dessa seção. Mas, para explicar melhor, há que se debruçar sobre a questão da ignorância, pois há, como mencionado na introdução, diferença entre agir *por* e *na* ignorância. Vejamos o que o estagirita diz a esse respeito: "Agir por ignorância parece também diferente de agir na ignorância, pois se considera que uma pessoa embriagada ou encolerizada age não por ignorância, mas por uma das mencionadas, sem saber o que está fazendo e na ignorância.[9]" Sendo assim, a ação arrastada pela paixão é uma ação na ignorância e não por ignorância.

A ação por ignorância poderia ser exemplificada da seguinte forma: Um pai houve um ruído na sala de casa. No escuro da madrugada pega sua arma e ao ver o vulto atira no ladrão que invadiu sua casa e pôs sua família em perigo. Porém, ao acender a luz, dá-se conta de que era seu filho, que havia saído de casa sem avisar e por isso voltava de uma festa com os amigos entrando pela janela que deixara propositalmente entre aberta, para não chamar atenção com o barulho das chaves, e não acendeu a luz para que os pais não soubessem de sua saída não autorizada. O pai atirou no ladrão, mas o que matou foi o filho. Nesse caso ele agiu por ignorância. Consequentemente, conforme o método de Aristóteles, foi involuntário, pois provoca sofrimento e pesar quando a ignorância é desfeita. O filósofo resume que "sendo involuntária uma ação executada sob compulsão ou por ignorância, um ato voluntário é presumivelmente aquele cuja origem está no próprio agente, quando este conhece as circunstâncias particulares em que está agindo.[10]"

Em suma, é voluntário o ato cuja origem está no agente, podendo ele praticá-lo ou não. Os atos forçados podem ser não-voluntários ou involuntários, sendo o primeiro o que é feito por ignorância – e não na ignorância – e o último se nota com o pesar provocado no

---

[7]ARMENDANE, G. D. *A Teoria da Ação de Aristóteles e a Noção Gramatical de Vontade no segundo Wittgenstein*. In: Cadernos Filosofia UFS, Fasc. XIII, Vol. 8, agosto a dezembro de 2010. Sergipe: UFS, 2010. http://200.17.141.110/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/8/6.pdf Último acesso em 11/08/2015, p. 77.
[8] ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p. 51.
[9]Ibid.
[10]Ibid. p. 52.

agente pela sua prática. Cabe destacar, por fim, antes de passar à deliberação e à escolha, que existem atos realizados na ignorância e voluntário em vez de não-voluntário, pois cabia ao agente domar suas paixões a fim de agir virtuosamente. Um bom exemplo é o caso de embriaguez. O ato do ébrio é um ato na ignorância, mas não deixa de ser voluntário, pois estava na esfera de seu domínio não se embriagar, o que o manteria fora da ignorância.

Deliberação e Escolha

O processo de deliberação analisa os meios possíveis para que se atinja um fim específico, previamente determinado. A escolha é destes meios o preferível para a ação virtuosa. Ou, nas palavras de Schio "[a escolha] é uma atividade comparativa na busca do melhor possível. Ela a depende de uma reflexão fornecida pela deliberação"[11]. A princípio parece simples e trivial, porém, outros problemas estão intrincados nessas frases simples.

É importante deixar desde o princípio claro que a escolha se insere nos atos voluntários, porém os atos voluntários comportam ainda eventos que não estão na esfera da escolha. Aristóteles ressalta que, por exmeplo, crianças e "animais inferiores" agem voluntariamente, mas não escolhem. Visto isso, notamos que a escolha se relaciona com a parte racional da alma. A escolha, por mais que se relacione com o desejo *(órexis)*, com o querer e com a vontade, não se identifica com nenhuma delas. Embora o querer seja a parte do desejo que não é partilhada pelos seres irracionais, ou seja, ligada à razão, não se pode identificá-la com a escolha, porquanto é do querer também a busca por coisas impossíveis, o que não está presente na escolha. Aristóteles completa ainda questões

> Ademais, a aspiração[12] [querer] se relaciona mais com os fins, enquanto a escolha se relaciona com os meios; por exemplo, "aspiramos" a ser saudáveis, mas "escolhemos" atos que nos tornarão saudáveis, e aspiramos a ser felizes e dizemos que somos, mas não podemos dizer acertadamente que "escolhemos" ser felizes, pois em geral a escolha parece relacionar-se com as coisas ao nosso alcance.[13]

O autor esforça-se igualmente em diferenciar escolha de opinião *(dóxa)* na medida em que as opiniões não estão relacionadas ao bom e ao mal. Elas podem apenas ser avaliadas no tocante às suas verdades ou falsidades. É a ação que determina o caráter, não a opinião, porquanto é possível ter opiniões verdadeiras e corretas, mas, por fraqueza da vontade agir

---

[11] SCHIO, S. M. *Aristóteles e a ação humana.* In: Conjectura. Caxias do Sul: UCS. V. 14, n. 1, jan./maio, 2009. http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/5/5 Útimo acesso em 11/08/2015, p. 83.

[12] O querer é traduzido por "aspiração" no trabalho de Mário da Gama Kury.

[13] ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p. 53.

mal. Alguém pode, por exemplo, ter a opinião de que deveria salvar alguém em afogamento, contudo, ao se deparar com a situação, não agir assim. Então, a opinião era verdadeira, mas a escolha não foi virtuosa. A escolha *(proaíresis)* se aplica ao particular vivenciado, à prática, àquilo que está ao nosso alcance, como escreveru Aristóteles. Todavia, se nada disso é escolha, o que é então?

Ao se colocar esta mesma pergunta, ele a resume: "aquilo que é escolhido de preferência a outras coisas" e que "requer uso da razão e do pensamento"[14]. Todavia, a explicação não esclarece muito. É interessante observar a análise do termo que Mendonça faz. "O termo grego para 'escolha' é 'proaíresis', que é formado pelo prefixo 'pro', que designa antecedência temporal ou, mais adequado ao caso, prioridade lógica, mais o substantivo 'aíresis', que designa decisão. Portanto, há algo que é anterior à decisão, e a escolha supõe que esse anterior possa ocorrer.[15]" conclui mais adiante que "esse procedimento é a deliberação *(boúleusis)*." (Ibid.) com isso, aparece o segundo termo dessa seção do trabalho: a deliberação.

Haja vista que a deliberação precede a escolha e a escolha está relacionada com aquilo que esta ao nosso alcance, de antemão resta claro que a deliberação vincula-se não apenas àquilo que o agente pode fazer, como também aos meios, e não aos fins. A deliberação é, pois, o processo de identificação dos meios possíveis para se chegar ao fim desejado. Da mesma forma que na escolha, descartam-se os fins impossíveis, já que não há meios para tal. A esse respeito, Aristóteles esclarece que "por 'coisas possíveis' quero significar coisas que podem ser realizadas graças aos nossos próprios esforços, e estas incluem em certo sentido que coisas que podem ser realizadas graças aos esforços de nossos amigos, desde que a origem da ação esteja em nós mesmos"[16]. Então, como a escolha é a partir dos meios possíveis apontados pelo processo de deliberação, pode-se afirmar que ambas tem o mesmo objeto. Além disso, conclui-se que é um desejo deliberado, porquanto o querer é um desejo, embora vinculado à razão.

Existem ainda, é verdade, uma série de outros problemas relacionados à ação na medida em que ainda resta identificar o bem ao qual se visa com a ação, distinguindo o bem verdadeiro do bem aparente e a prudência *(phrónesis)* que permeia a escolha. Porém, o objetivo deste trabalho era tão-somente o de montar uma organização do que se relaciona à ação na Ética a Nicômaco, de Aristóteles. Para não deixar estas questões totalmente em branco, pode-

[14]Ibid. p. 54.

[15] MENDONÇA, F. M. *A responsabilidade moral pela ação e pelo caráter em Aristóteles.* Uberlândia: UFU, 2008. http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8101/6827 Último acesso em 11/08/2015, p. 15.

[16] ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p. 55.

se dizer que o bem aparente é, grosso modo, aquele que se insere na esfera do prazer, tomando-o erroneamente como um bem, não sendo nobiliante nem virtuoso. Estes dois últimos caracterizam o bem verdadeiro. A prudência se encontra presente exatamente nesse meio, sendo a sabedoria prática, uma virtude intelectual, capaz de distinguir entre o bem aparente e o bem verdadeiro. "Ela indica a vivência prática, a habilidade do homem sábio de deliberar sobre o que é bom e conveniente para si mesmo", afirma Armendane[17], ou, "a compatibilização de razão verdadeira com o desejo correto"[18]. Em resumo, a ph*rónesis* guia a decisão.

Conclusão

Feita esta análise é possível compreender que a ação na ética aristotélica tem por fim o bem. Há que se ter em mente que o bem que não é meio para nenhum outro bem é a *eudaimonia*, traduzida em português por felicidade. Para tanto, é necessária a virtude, que é a justa medida no agir. A importância no estudo da ação vem daí, principalmente pois apenas aquilo que é voluntário é digno de ser louvado ou censurado. Então, há que se compreender o que é a ação. Distingue-se a ação voluntária da involuntária e da não-voluntária e analisa como a consciência das circunstâncias particulares na qual se está inserido no momento da ação são fundamentais para agir bem. Compreender o que é agir bem é deliberar e escolher. A deliberação é a identificação dentre os meios existentes, daqueles possíveis para alcançar o fim. E a escolha é uma atividade de reflexão a qual tem que prudentemente distinguir o bem verdadeiro do bem aparente para agir corretamente.

A deliberação e a escolha tem, portanto, o mesmo objeto, o qual deverá ser algo possível, pois estão intrinsecamente ligadas àquilo que pode ser realizado pelo agente. Schio diz que:

> a decisão diferencia-se da deliberação por ser sua conclusão e encerramento, por isso, não há uma decisão sem uma deliberação prévia, não importando o grau de consciência do agente, do tempo despendido, do nível de complexidade da deliberação, sequer da relevância do desejo. O resultado da escolha será um impulso para a realização da ação.[19]

---

[17]ARMENDANE, G. D. *A Teoria da Ação de Aristóteles e a Noção Gramatical de Vontade no segundo Wittgenstein*. In: Cadernos Filosofia UFS, Fasc. XIII, Vol. 8, agosto a dezembro de 2010. Sergipe: UFS, 2010. http://200.17.141.110/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/8/6.pdf Último acesso em 11/08/2015, p. 78.

[18] MENDONÇA, F. M. *A responsabilidade moral pela ação e pelo caráter em Aristóteles*. Uberlândia: UFU, 2008. http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8101/6827 Último acesso em 11/08/2015, p. 8.

[19] SCHIO, S. M. *Aristóteles e a ação humana*. In: Conjectura. Caxias do Sul: UCS. V. 14, n. 1, jan./maio, 2009. http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/5/5 Útimo acesso em 11/08/2015, p. 84.

É especialmente relevante que a escolha é o que finalmente conduz à ação. Por isso que o processo intelectivo, a participação do desejo e da razão na ação, levando ao conhecimento prático é tão abordado no livro III da ética, quando aborda a ação. Tendo compreendido quando há espaço para a ação voluntária e os requisitos de reflexão necessários a que seja uma boa ação, conclui Aristóteles que "as ações relativas aos meios devem estar de acordo com a escolha e ser voluntárias." e em seguida, retomando o tema de agir por e na ignorância, ressalta que "punimos uma pessoa até por sua ignorância, se ela for considerada responsável pela ignorância, como quando as penalidades são dobradas no caso da embriaguez"[20].

Dentro do papel central da escolha é imprescindível atentar à virtude e à prudência. "Na escolha estão envolvidas a virtude e a prudência. A virtude ao demonstrar a disposição interior do agente, torna a ação com valor. À prudência restam as atividades práticas de auxiliar a governar e ordenar.[21]" diz Schio. Ou seja, da escolha deliberada com prudência provém o ato voluntário que, a depender do fim, já que os aspectos anteriores se referem ao meio, será uma ação virtuosa. A repetição deste tipo de procedimentos leva à formação do caráter virtuoso. O caráter é formado pelo hábito, se tornando a disposição para agir da mesma maneira em situações semelhantes. Não existiria portanto, a ética para a felicidade por meio do atingimento dos bens intermediários e construção de um caráter virtuoso a servir de exemplo, sem a compreensão das questões atinentes à ação.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.

ARMENDANE, G. D. *A Teoria da Ação de Aristóteles e a Noção Gramatical de Vontade no segundo Wittgenstein*. In: Cadernos Filosofia UFS, Fasc. XIII, Vol. 8, agosto a dezembro de 2010. Sergipe: UFS, 2010.
http://200.17.141.110/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/8/6.pdf
Último acesso em 11/08/2015.

MENDONÇA, F. M. *A responsabilidade moral pela ação e pelo caráter em Aristóteles.* Uberlândia: UFU, 2008.
http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8101/6827 Último

---

[20] ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p. 57.

[21] SCHIO, S. M. *Aristóteles e a ação humana.* In: Conjectura. Caxias do Sul: UCS. V. 14, n. 1, jan./maio, 2009. http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/5/5 Útimo acesso em 11/08/2015, p. 89.